



**RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA
REALIZADA NO MARAJÓ (PA)**

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,
DES. REGIONAL E DA AMAZÔNIA - CINDRA**

**ATENDENDO CONVITE DA REDE ECLESIAL
PAN-AMAZÔNICA - REPAM-BRASIL**

**RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA
REALIZADA NO MARAJÓ (PA)
EM 08, 09/12/2022**

REALIZAÇÃO:

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO
NACIONAL, DES. REGIONAL E DA
AMAZÔNIA - CINDRA**

**ATENDENDO CONVITE DA REDE
ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA
REPAM-BRASIL**

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA REALIZADA AO MARAJÓ PARA DISCUSSÃO DE PROPOSTAS SOÓCIOECONÔMICAS PARA A ILHA DO MARAJÓ, TENDO COMO REFERÊNCIA O PROGRAMA “ABRACE O MARAJÓ”, DO GOVERNO FEDERAL.	7
OS PROBLEMAS APRESENTADOS.....	11
PROPOSTAS:	14
.....	19
.....	20
ANEXOS	21

APRESENTAÇÃO

Em maio de 2022 recebemos na Presidência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA, representantes da Rede Eclesial Pan-Amazônia – REPAM, tendo à frente o Bispo Dom Evaristo Splenger, para discussões das questões relacionadas ao desenvolvimento da Região, em especial dos problemas ligados ao Arquipélago do Marajó, onde está se desenvolvendo o Projeto “Abraça o Marajó”, de responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tinha à frente a Ministra Damares Alves, cujo objetivo seria o de melhorar as condições de vida da população local. .

Foi informada a situação de miséria de grande parte dos moradores, em uma região com altos índices de exploração sexual e violência contra crianças, adolescentes, juventude, mulheres e pessoas idosas, que o Governo Federal pretendia mudar com o seu projeto lançado em 2020, o que não aconteceu, por falta de discussão com a população e suas entidades, com propostas que não atendia aos problemas principais da região, com a falta de resultados, sem conseguir o alcance efetivo dos resultados a que o programa se propunha.

Apresentamos um requerimento para essa visita que ocorreu em 08 de dezembro de 2022, realizado pela CINDRA, em parceria com a REPAM e a participação de várias entidades.

Fomos recebidos, juntamente com a vice-presidente da CINDRA, deputada Vivi Reis (PSOL-PA), pelo coordenador da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM, Evaristo Spengler, pelo prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e de entidades da sociedade.

As reuniões envolveram lideranças comunitárias, quilombolas, indígenas e assentados, com defensores e defensoras públicas, promotores e promotores de justiça, acadêmicos (as) e políticos (as) da região do Marajó.

Fizemos uma ampla discussão, envolvendo 150 pessoas, nos dias 08 e 09 de dezembro, cujos resultados estão relatados neste documento, que vamos encaminhar aos setores da Câmara dos Deputados, das entidades do

Governo Federal e do Ministério Público, além dos registros nos anais da CINDRA, para os encaminhamentos devidos.

Assim, agradecemos aos membros da CINDRA que aprovaram o nosso requerimento, aos seus membros, cujos mandatos acompanharam as discussões e contribuíram com a realização do evento e desse relatório, ao Dom Evaristo Splenger, da REPAM e da Comissão Especial Episcopal para a Amazônia – CEA, aos assessores da CINDRA, membros da Prelazia do Marajó e da CNBB/Belém e a todos e todas que contribuíram com evento, de grande importância para as análises e providências ali propostas.

João Daniel – Deputado Federal – PT/SE

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA
AMAZÔNIA.

**RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA REALIZADA AO MARAJÓ PARA DISCUSSÃO DE
PROPOSTAS SOÓCIOECONÔMICAS PARA A ILHA DO MARAJÓ, TENDO COMO
REFERÊNCIA O PROGRAMA “ABRACE O MARAJÓ”, DO GOVERNO FEDERAL**

A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia – CINDRA, da Câmara dos Deputados, a Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil), a Comissão Episcopal para a Amazônia (CEA) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) promoveram uma discussão de propostas socioeconômicas para a Ilha do Marajó, tendo como referência o programa “Abrace o Marajó”, do Governo Federal. Foram realizadas reuniões em Belém (PA), no dia 08 de dezembro de 2022 e em Soure (PA), arquipélago do Marajó, no dia 09 de dezembro, envolvendo mais de 70 entidades e personalidades em cada local, entre elas representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado (MPE), Defensoria Pública da União (DPU), movimentos populares e sindicais, acadêmicos, assentados, quilombolas, dentre outros. (Relação de participantes em anexo)

Foram pautadas discussões sobre a situação atual do desenvolvimento socioeconômico do Arquipélago, críticas ao andamento dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo Federal na região e demandas a serem apresentadas às autoridades constituídas, no âmbito dos governos Federal, Estadual, Municipais e do Judiciário, conforme suas devidas competências.

As reuniões ocorreram nas duas cidades, do Estado do Pará: Belém e Soure. O relatório apresenta um resumo das discussões e propostas ali apresentadas, com o objetivo de encaminhá-las às autoridades constituídas, enquanto se monta anexos com exposições completas, apoiadas por slides e documentos que foram apresentados nas reuniões realizadas em Belém (PA), no dia 08/12/2022, das 9:00 às 13:30, na Sede da CNBB – Norte 2 e em Soure (PA), no dia 09/12/2022, das 15:30 às 18:00, no Auditório da Paróquia do Menino Deus.

Belém – PA

COMPOSIÇÃO DA MESA: Deputado Federal João Daniel (PT/SE) – Presidente da CINDRA; Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA) - Vice-presidenta da CINDRA; Dom Evaristo Spengler, Bispo da Prelazia do Marajó e Rede Eclesial

Pan-Amazônica (REPAM); Edmilson Rodrigues – Prefeito de Belém (PA); Vereadora de Belém (PA) Livia Duarte (Eleita Deputada Estadual do Pará) Jaime Barbosa – Secretário Regional de Governo do Marajó (PA).



Soure – PA

COMPOSIÇÃO DA MESA: Deputado. Federal João Daniel (PT/SE) – Presidente da CINDRA; Deputada Federal Vivi Reis (PSOL/PA) – Vice-presidente da CINDRA; Dom Evaristo Spengler - Bispo da Prelazia do Marajó e Presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica do Brasil (REPAM); Vereadora de Belém Livia Duarte (Eleita Deputada Estadual do Pará eleita); Anete Dias - Vice-Prefeita de Cachoeira do Arari.



DIAGNÓSTICOS DOS PROBLEMAS E POTENCIALIDADES DO MARAJÓ

Dom Evaristo Splenger destacou que nos últimos tempos o Marajó ficou desassistido pelas políticas públicas, lembrando que em 2006 foi criado um programa, a partir de um Comitê Gestor, que envolveu várias instâncias de governos, Federal, Estado e Municípios, além de várias organizações, que deram origem a um Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó, que a partir de 2016 os foi sendo desacelerado. Em 2020 surgiu o Programa Abrace o Marajó, que não fez nenhuma audiência e nenhum diálogo com o povo, com o Governo do Estado, nem com os Municípios. Esse programa veio “de cima para baixo”, e a única ação voltada para o povo foi a distribuição de cestas básicas no tempo da pandemia. A Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos rodou o mundo fazendo convites para os empresários investirem no Marajó, como uma grande fronteira agrícola de monocultura, como a do cultivo de arroz, o que pressiona os territórios quilombolas, a partir do envenenamento das águas, além de incentivar a introdução do dendê, e outras monoculturas, motivo de doenças para a população.

Para a deputada Vivi Reis, a discussão dessa VISITA é da maior importância no momento, e se pretende sair dela com um relatório, fruto de um trabalho coletivo, com reuniões em Belém e Soure, no Pará. São mais de 150 pessoas envolvidas, considerando que muitas pessoas estiveram presentes nas duas reuniões, na expectativa de que um novo programa venha a ter a efetiva participação popular. Afirmou que o programa “Abrece o Marajó” foi uma proposta do Governo Federal para projetar a então ministra dos Direitos Humanos como candidata ao Senado Federal, mas o povo do Pará mostrou que “aqui não há espaço para ela”. Destacou que precisamos construir políticas para

o futuro do Marajó, a partir de consultas à comunidade.

O deputado João Daniel se colocou à disposição da luta do povo do Marajó, enquanto parlamentar e Presidente da CINDRA até 30 de janeiro de 2023. Garantiu, que em seu mandato “nenhum projeto contra o povo brasileiro foi aprovado”. No caso do Decreto do “Abrace o Marajó” (Dec. 10.260/2020) foi o Projeto de Decreto Legislativo – PDL 157/2020, de sua autoria, para sustar sua aplicação. Demonstrou a disposição para ouvir e levar todas as propostas de iniciativas para as autoridades constituídas, principalmente do novo Governo Federal, para as devidas análises e providências. Destacou que é preciso revogar o decreto que criou o “Abrace o Marajó”, mas que isso não é suficiente, pois é necessário desenvolver programas de sustentabilidade, com a participação da sociedade.



OS PROBLEMAS APRESENTADOS

A Ilha de Marajó é a maior ilha fluviomarinha do mundo e se destaca por sua cultura, danças do carimbo e lundu e a cerâmica marajoara, além de também ser conhecida como a terra dos búfalos, devido à enorme população daqueles animais, que é maior do que a de habitantes. Por outro lado, a concentração de terras para a criação de búfalos, a extensiva plantação de arroz e a mineração, são problemas da maior relevância para a população. A Visita da CINDRA abordou reclamações elencadas pelos ilhéus em que julgam relevantes questões a serem sanadas pelo poder público, em conjunto com a comunidade. São elas:

a) EXPLORAÇÃO SEXUAL

A exploração sexual não foi tratada com seriedade pelo Governo Federal e sim “como uma brincadeira”, ao dizer que “as meninas são exploradas sexualmente porque não têm calcinhas” nas próprias palavras da ex-ministra Damaris Alves, culpabilizando as vítimas. Na verdade, o problema de exploração sexual é um fato, seja pela falta de políticas públicas voltadas à proteção das crianças e ao combate à violência, além de escolas em situações precárias, em condições de abandono e da negligência nas políticas públicas para a área, desencadeando ocorrências de tráfico humano e de abuso sexual de crianças em uma região onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos menores do país, segundo pesquisa “Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil”.

b) QUESTÃO DO TRANSPORTE

O transporte é caro para a população mais pobre, tendo piorado após setembro de 2022, quando uma lancha que transportava 82 pessoas afundou na região de ilhas de Belém (PA), tendo sido salvas 59 pessoas. A lancha, clandestina, havia saído com superlotação de um porto sem fiscalização, no município de Cachoeira do Arari (PA), no arquipélago do Marajó (PA), com destino à capital do Pará. A embarcação estava sem autorização para transporte intermunicipal de passageiros, saindo de porto clandestino, segundo a Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos do Estado do Pará (Arcon-Pa).

Foram realizadas manifestações após a tragédia do naufrágio, mas não houve possibilidade de se discutir com as instâncias do Governo do Estado. Também, a CITRAM não teria tomado providências para credenciar novas empresas para o respectivo transporte. Os proprietários da empresa de transporte “Bom Jesus” fizeram parte de uma comissão de transporte.

O transporte interno no Arquipélago também é bastante precário.

c) CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E LATIFÚNDIOS

A questão fundiária é grave. Territórios quilombolas estão sendo invadidos. Os arrozais estão destruindo os berçários dos peixes e envenenando a área com o uso de agrotóxicos. O avanço das queimadas fez com que Portel, nos últimos meses, seja o segundo município com mais queimadas no Brasil. Há riscos ambientais que podem levar Afuá e outras cidades do Marajó a ficarem embaixo da água.

Foram paralisados 17 processos de demarcação de áreas quilombolas em Salvaterra, enquanto os assentamentos coletivos foram individualizados, provocando conflitos em por questões de terra, como nos arrozais.

As comunidades tradicionais e ribeirinhas estão sendo expulsas por fazendeiros. Pescadores artesanais estão perdendo seus territórios de pesca, cedendo lugar para a utilização de 350 mil hectares de terra e impactando no uso de água potável pelo cultivo de arroz.

d) MEIO AMBIENTE

O Marajó sofrerá as consequências com a elevação do nível do mar, tendo em vista a sua posição geográfica. Há abundância de água, de matas, de biodiversidade, de sol, de chuva, mas não se tem soberania alimentar, principalmente por não ser incentivada a produção da agricultura familiar, com terras voltadas para as fazendas de búfalos e para a produção de arroz, o que aumenta o uso de agrotóxicos. E, apesar da muita de água, há problemas de abastecimento de água potável. Os desmatamentos são problemas graves, assim como as queimadas a eles associadas.

e) ECONOMIA

A principal atividade econômica do Marajó é a criação de búfalos, mas o artesanato também merece destaque. A preocupação com a preservação da cultura marajoara é flagrante na reprodução de peças de cerâmica. Porém, um problema reside no escoamento da produção artesanal local. A culinária também é um ponto forte de desenvolvimento do turismo.

f) AGRONEGÓCIO

O agronegócio impacta todo o território, concentrando renda, sem benefício para a comunidade, com uso extensivo de terras para as fazendas de búfalo e produção de arroz.

g) EDUCAÇÃO

A ação educacional desconsidera a diversificação dos cursos a serem ofertados por universidades públicas da região e há necessidade de implantação de outra universidade pública no Marajó. Em Soure, a maioria dos professores não é efetiva, sendo apenas contratados, em sua maioria através de

contratos temporários, comprometendo o ensino em seus diversos níveis.

A maior parte da estrutura das escolas está com instalações precárias, com equipamentos insuficientes. O consumo de drogas se tornou uma epidemia que aflige famílias, sem uma ação educacional de suporte aos usuários em idade escolar.

h) SANEAMENTO

O Marajó conta com abundância de água, no entanto, o uso de agrotóxico e de rejeitos da agricultura e pecuária geram contaminação das águas e não há programas de tratamento, dificultando o fornecimento e consumo de água potável.

i) SOBERANIA ALIMENTAR

Apesar das riquezas naturais, da biodiversidade, do clima, não há soberania alimentar, pois não se investe em produção de alimentos respeitando a autonomia alimentar da população, em seus hábitos de produção de produção e consumo. Não será com cestas básicas que se resolverá o problema da fome.

j) SAÚDE

Os relatos demonstram que o atendimento hospitalar fornecido, a exemplo da comunidade Caju una, é oneroso à população em decorrência dos altos custos do deslocamento em serviços privados de transporte para a travessia e demais percursos em terra. No recente episódio de naufrágio na região, cerca de 90% das pessoas iam para atendimento médico em Belém, por falta de um hospital regional de alta complexidade na região. Desde o naufrágio da barca, a população vem relatando piora no atendimento de saúde na região.



PROPOSTAS:

QUESTÕES LEGAIS

- Reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de que as terras do Marajó são de domínio Federal.
- Reconhecer os direitos territoriais dos quilombolas e demais populações tradicionais;
- Editar decreto de terras coletivas dos quilombos;

EDUCAÇÃO

- Investir em Educação, de forma a modificar a realidade local;
- Equipar as escolas com computadores e equipamentos tecnológicos necessários ao desenvolvimento pedagógico;
- Criar Universidade ou Instituto Federal de Educação no Marajó.
- Reativar bolsas de estudos para os indígenas e quilombolas; IV –
Educação
- Ofertar cursos de medicina e da área da Saúde.
- Fortalecimento da política de educação do campo, das florestas e

das águas, educação indígena e educação quilombola;

TURISMO

- Investir em turismo sustentável;
- Implantar transporte de qualidade, mais barato e rápido, com uma política de transporte fluvial e logística que garanta mais segurança e desenvolvimento do turismo sustentável;
- Incentivar as manifestações culturais, a produção de artesanato e a cultura culinária da região.

1 - AGRICULTURA

- Fomentar a agricultura familiar, com assistência técnica e programas de aquisição de alimentos; criar mecanismos de fiscalização governamental que funcione no combate ao uso abusivo de agrotóxicos e criar campanhas educacionais sobre os males desses venenos.

2 - INFRAESTRURA

- Universalizar da energia elétrica; - Universalizar a internet, com redes públicas de acesso; melhorar o acesso à telefonia celular, investir na área de transportes, da construção de hospitais, na rede de transportes, na instalação de universidade, na melhoria dos serviços de esgoto e abastecimento de água, entre outros.

3 - MEIO AMBIENTE

- Modernizar o Marajó sem agredir a natureza e o povo marajoara; fiscalizar o uso abusivo de agrotóxico; os desmatamentos e queimadas; fortalecer o controle das atividades minerárias, entre outras; implementar programas de saneamento ambiental, com ações de universalização dos serviços de água, esgoto e coleta de lixo;

4 - QUESTÕES DE GOVERNANÇA

- Rever o Programa “Abraça o Marajó” e garantir a efetiva participação da sociedade civil; revisar as concessões de Contratos de Concessão de Usos-CCU, feitos pelo Programa Abraça o Marajó, pois não garantem direitos sobre a terra; certificar os Imóveis Públicos e Privados (somente 18% estão certificados); criar na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) uma Secretaria do Marajó, em nível federal, ao moldes da Secretaria estadual para o Marajó; definir a participação de organizações indígenas e quilombolas, ribeirinhas, pescadores nos conselhos

municipais de educação, saúde e assistência social; estabelecer ato administrativo definindo que toda legislação que for feita pensando nos povos amazônicos respeitem direito fundamental à consulta prévia, livre e informada; apoiar na Câmara dos Deputados o PL 10678/2018, que dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licenças ambiental para atividades que, efetiva ou potencialmente sejam potencialmente poluidoras; elaborar políticas públicas respeitando o direito fundamental à consulta à população, a partir do modo de vida desses povos.

5 - QUESTÃO FUNDIÁRIA:

- Incorporar formalmente as terras no patrimônio da União (ilhas e áreas de várzea) e do Estado do Pará (áreas de Terra firme em Gurupá e Portel); reconhecer os direitos territoriais dos quilombolas e demais populações tradicionais; além de delimitar as áreas urbanas; realizar um cuidadoso levantamento de todos os títulos emitidos (digitalizar os acervos dos órgãos fundiários: INCRA, ITERPA, SPU e dos Cartórios de Registros de Imóveis); rediscutir a atuação do INCRA no Estado do Pará; arrecadar terras públicas para correta destinação, priorizando populações originárias e quilombolas; fortalecer os órgãos fundiários com técnicos de georeferenciamento e orçamento; arrecadar e matricular as terras públicas da União, com georeferenciamento e cumprir a Lei 8.629/1993 dispõe que “as terras rurais de domínio da União, dos estados e dos municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária”; fortalecimento da política de assistência técnica e segurança alimentar por meio de ATER assistência técnica e extensão rural junto ao INCRA e EMATER; priorizar a conclusão da destinação dos territórios quilombolas e assentamentos no arquipélago do Marajó; certificar os imóveis públicos e privados (atualmente somente 18% está certificado); realizar levantamento de todos os títulos emitidos (digitalização dos acervos dos órgãos fundiários: INCRA, ITERPA, SPU e dos Cartórios de Registros de Imóveis);

6 - ATIVIDADES PRODUTIVAS:

- Apoiar as atividades produtivas (manejo de açaí e florestal); melhorar o acesso aos serviços bancários, principalmente com bancos públicos; promover acesso a linhas de créditos especiais e facilitadas para a população de baixa renda, comunidades e povos tradicionais no sentido de fomentar o escoamento das diversas produções locais; traçar políticas para a saúde, educação, produção e rever o Seguro Defeso no Marajó; eletrificar as áreas rurais; reestruturar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater); organizar a Agricultura familiar para propiciar participação nos programas de Merenda escolar nos municípios, a lei garante 30% para a agricultura familiar; verticalizar a produção; incentivar o cooperativismo; debate sobre monocultura (arroz), pecuária, grandes projetos (petróleo, hidrovia), bioeconomia (crédito de carbono, REDD, PSA, Plano de Manejo florestal comunitário e familiar, plano de manejo florestal sustentável empresarial) no Marajó para respeitar e incluir a população local e a população

tradicional, indígena e quilombola;

7 - SEGURANÇA PÚBLICA

- Estabelecer infraestrutura adequada para combate ao crime organizado;

8 - CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Articular para que a sociedade civil ocupe os Conselhos de Direitos nos municípios e Estado; exigir que grandes projetos cumpram as cláusulas de apoio ao público infante- juvenil; garantir o respeito à Convenção nº 169 da OIT em grandes nos projetos que impacte as comunidades tradicionais; solicitar junto ao Judiciário e MPF para a garantia da presença de Juízes e Promotores, bem como o estabelecimento (substituir estabelecimento) de Defensores Públicos nos Municípios; fortalecimento a Política de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos PPDDH que está no Ministério da mulher, família e direitos humanos e as cooperações com o Estado do Pará; respeitar os protocolos de consulta livre prévia e informada e fomento da elaboração de processos de consulta; capacitação e fortalecimento da organização social dos povos do Marajó; combate à pobreza com geração de renda; combater toda forma de exploração (sexual, do trabalho) e ao racismo estrutural e ambiental; fortalecer a política de saúde e seguridade social; criar uma estratégia de articulação e maior presença do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública no Marajó; apoiar a produção e o escoamento do açaí, da a produção do peixe e da produção artesanal.

(Anexar ao final do documento as contribuições das comunidades quilombolas e do Observatório do Marajó)

Belém e Soure recebem Comissão da Câmara para debates sobre 'Abraça o Marajó'

Parlamentares integram a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

GALERIA



GALERIA



COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,
DES. REGIONAL E AMAZÔNIA

CINDRA

GALERIA



COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL,
DES. REGIONAL E AMAZÔNIA

CINDRA

ANEXOS



Encaminhamento de documento para a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia da Câmara de Deputadas e Deputados Federais.

Pontos para não deixar passar do Abrece o Marajó:

1. Convocar a equipe técnica da Superintendência Regional do Incra no Pará para reunião fechada com representantes da sociedade civil a fim de registrar a memória institucional do que foi feito durante o Abrece o Marajó.
2. Convocar reunião com representantes do Supremo Tribunal Federal e representantes da sociedade civil marajoara a fim de abrir um espaço de visibilidade para o Tribunal da realidade do território, tendo em vista a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 1.008–DF (ADPF) aberta pelo Governo do Pará na Suprema Corte e que precisa avançar a partir da perspectiva das comunidades tradicionais e da luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.
3. Incluir no Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 157/2022 a criação de um Grupo de Trabalho com a sociedade civil para assumir a governança da estrutura criada pelo programa, com autonomia para acessar o histórico de atividades e execuções orçamentárias e propor direcionamentos com os recursos eventualmente disponíveis e encaminhamentos às memórias acessadas.
4. Oficializar ao INCRA pedido de retomada com urgência dos 39 processos de reconhecimento de territórios quilombolas do Marajó, e encaminhamento aos grupos de trabalho da transição de governos.
5. Oficializar o Governo do Estado do Pará sobre as ações de inteligência no combate às ameaças a lideranças de comunidades tradicionais e aos conflitos de terra envolvendo posseiros e comunidades quilombolas no Marajó.
6. Oficializar ao Governo do Estado do Pará e ao MMFDH sobre seus respectivos programas e ações para proteção de defensores de direitos humanos e o atendimento às lideranças quilombolas e ribeirinhas do Marajó que têm enfrentado ameaças e conflitos nos últimos anos.

7. Oficializar por meio de documento ou ofício a compreensão da CINDRA de que, por tudo apresentado pelas lideranças de comunidades tradicionais, pela sociedade civil, movimentos sociais, pesquisadores e professores da UFPA nas audiências e diligências públicas realizadas durante o Programa Abraça o Marajó, é urgente, para a garantia de direitos territoriais e fundamentais das populações tradicionais da região e historicamente vulnerabilizadas, o reconhecimento do Marajó como terra da União.
8. Solicitar informações sobre as ações e avanços no programa "Digitalização dos processos fundiários nos cartórios do Marajó", por município do Marajó, e suas respectivas explicações, contextos e justificativas.
9. Solicitar informações sobre as atividades e Iniciativas de regularização fundiária e de ordenamento territorial no Marajó", por município, com as ações realizadas, suas justificativas, seu planejamento e cronograma previsto e executado.
10. Solicitar a justificativa da não execução do orçamento previsto para a ação Regularização fundiária quilombola por município, apresentando planejamento atualizado para as ações uma vez previstas ali.
11. Solicitar informações sobre a execução do "Projeto Famílias Fortes" e do "Projeto Acolha a Vida": quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas, quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas, quem participou das ações, comprovante de participações, instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto, registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos, entregas realizadas dentro dos projetos, lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.
12. Solicitar a discriminação das despesas direcionadas para Escolas de Campo Indígenas e Quilombolas (água e saneamento), por escola, comunidade, território quilombola, município; comprovantes de todas as despesas realizadas; cronograma de atividades realizadas e planejadas; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a cada escola e comunidade; entregas realizadas por escola e comunidade; lista de parceiros locais por escola por comunidade por município discriminada com nome de representante e forma de apoio. Justificativa para ausência de execução do orçamento previsto para os municípios de Anajás e Salvaterra.
13. Solicitar a justificativa para a não execução do orçamento previsto para Projeto Biodigestores em Escolas do Marajó (Homebiogás – educação) em cada um dos municípios previstos.

14. Solicitar a justificativa à não execução do orçamento previsto para Obra de Saneamento Básico de Salvaterra tanto de água (implantar melhorias no abastecimento de água, com orçamento previsto de R\$5.746.749,00) e de saneamento (implantar melhorias sanitárias domiciliares, com orçamento previsto de R\$492.823,00).

15. Solicitar a prestação de contas do Projeto de expansão da internet banda larga no Marajó por município, comunidade e bairro beneficiado, a lista das despesas por município e seus comprovantes;

16. Solicitar o cronograma de repasses do orçamento do Projeto SALAS - Sistema Amazônico de Laboratórios Satélites, com orçamento previsto de R\$1.300.000,00 e apenas R\$500.000,00 executados.

17. Solicitar informações sobre a execução do "Programa Criança Feliz" e do "Programa Tempo de Aprender Acolha a Vida": quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas, quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas, quem participou das ações, comprovante de participações, instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto, registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos, entregas realizadas dentro dos projetos, lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

18. Solicitar a prestação de contas das despesas realizadas no programa Rede Cegonha por município;

19. Solicitar informações sobre a execução das atividades de "Fortalecimento das estruturas de governança para a Proteção e Defesa da Pessoa Idosa no Marajó" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; entregas realizadas dentro dos projetos; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

20. Solicitar informações sobre a execução das atividades do "Programa Horizontes no Marajó" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; entregas realizadas dentro dos projetos; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

21. Solicitar informações sobre a execução das atividades de "Diagnóstico e Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescentes no Marajó" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos construídos e entregas realizadas por município; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

22. Solicitar informações sobre a execução dos "Estudo sobre a acessibilidade no Marajó" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos construídos e entregas realizadas; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

23. Solicitar informações sobre a execução do "Projeto Igualdade Racial na Escola" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos e materiais construídos e entregas realizadas; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

24. Solicitar informações sobre a execução do "Projeto de Educação Regionalizada em Direitos Humanos" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos e materiais construídos e entregas realizadas; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

25. Solicitar informações sobre a execução do programa "Modernização de Centrais da Agricultura Familiar" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores

do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos e materiais construídos e entregas realizadas; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

26. Solicitar informações sobre a execução do "Programa Alimenta Brasil" por município: quais foram as despesas realizadas, comprovantes de todas as despesas; quais foram as ações realizadas (quando e onde), comprovantes das ações realizadas; quem participou das ações, comprovante de participações; instrumentos e indicadores do monitoramento de impacto dos projetos, comprovantes do impacto; registros de atas, fotos e vídeos de ações e reuniões relacionadas a ambos; documentos e materiais construídos e entregas realizadas; lista de parceiros locais por projeto por município discriminada com nome de representante e forma de apoio.

27. Solicitar a justificativa da não execução do orçamento previsto para Caravana da Economia Criativa do Marajó em cada um dos municípios previstos.

MATÉRIA DE “O LIBERAL”

Valéria Nascimento

08.12.22

20h28

Deputados da Comissão de Integração Nacional e da Amazônia ouvem marajoaras sobre a realidade marajoara

Deputados da Comissão de Integração Nacional e da Amazônia (Cindra) chegaram ao Pará, nesta quinta-feira (8), para debater o programa "Abraça o Marajó", do governo federal. Já pela manhã, eles tiveram reunião com cerca de 80 pessoas, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Belém.

O público era formado por representantes de movimentos sociais de Soure, Salvaterra, Portel, Melgaço, Breves, entre outras cidades, num total de 10 municípios marajoaras. A vinda dos deputados atende ao convite da rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam-Brasil) e da Comissão Episcopal para a Amazônia (CEA).

Também participaram do encontro, nesta quinta-feira, representantes do Ministério Público do Estado, da UFPA e do Governo do Pará. O prefeito da capital paraense, Edmilson Rodrigues, esteve presente.

Pedido de revogação

“Estamos buscando elementos qualitativos para a proposição que revogue o ‘Abraça o Marajó’”, afirmou, na noite desta quinta-feira, a deputada federal Vivi Reis (Psol), pelo Pará. Ela acompanha em Belém o presidente da Cindra, o deputado João Daniel, do PT de Sergipe, autor do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 157/2022, que pede o encerramento do programa por violação dos direitos dos povos tradicionais do Marajó.

Vivi Reis é a relatora do PDL e Vice-presidenta da Comissão de Integração Nacional e da Amazônia. Para ela, o programa é um exemplo do que não fazer no arquipélago. “Eu posso resumir três elementos problemáticos na concepção do programa. Primeiro, a não escuta dos movimentos sociais e das comunidades que seriam atingidas pela proposta”.

"Segundo, esse programa se mostrou intencionalmente de caráter eleitoral. Ele promoveu o nome da ex-ministra Damares, que se lançou candidata e se elegeu senadora. Ela usou de falas falsas que demonstravam desconhecimento, fez denúncias de crimes que nunca conseguiu provar,

inclusive ela foi demandada pelo Ministério Público Federal e não apresentou provas do que afirmava sobre o Marajó. E terceiro, o programa não tinha orçamento previsto nem no próprio ministério da ex-ministra”, frisou Vivi Reis.

Em outubro passado, Damares disse, entre outras coisas, sem apresentar provas, que crianças do Marajó eram traficadas para o exterior e submetidas a mutilações corporais e a regimes alimentares que facilitavam abusos sexuais.

REUNIÃO DA CINDRA SOBRE O PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ

Soure/PA, 09 de dezembro de 2022.

	NOME	ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
1.	Alfredo Leal	Comunidade Pesqueiro		
2.	Almir Nascimento Leal	Comunidade São Sebastião		
3.	Ana Lucia Silva Favacho dos Santos	Sindicato dos Professores - SINTEP	985392097	Ana Lucia Favacho dos Santos
4.	Andre Scafi Nobre da Silva Moraes	Turismo SCNE e URSMO	981382102	Andre Scafi
5.	Andréa Cristiane Nunes	REPAM e Comissão Episcopal para AM	48-996591166	Andréa C. Nunes
6.	Camila Bandeira Cabral	Associação do Bairro do Umirizal (ACBU)	Camila	91178658
7.	Carla Bethânia Ferreira da Silva	Guardiã na Comunidade Caiu Uná	980158106	Carla Bethânia
8.	Carlos Otávio Santos Freitas	Comunidade Santa Rita	980848308	Carlos Freitas
9.	Carlos Otávio Oliveira Martins	Com. S. Pedro		
10.	Claudio Souza Assunção	Quilombo do Rosário		
11.	Del Rodrigo Amorim	Sup. Regional Marajó		
12.	Dirlene Nazaré Pereira da Silva	ECOTUR	981774132	Dirlene Nazaré

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

13.	Elaine Abreu da Cruz	Associação do Bairro do Umirizal (ACBU)		
14.	Elianete de Sousa Guimarães	Quilombola/Rosário	(11) 92767308	Helena de Siqueira
15.	Evaristo Pascoal Spengler	Presidente REPAM e Bispo da Prelazia do Marajó	(91) 99115-2908	Conceição Pascoal
16.	Everton José de Jesus Cruz	Grupo de Música "Coração Inquieto"		
17.	Fátima	Comunidade Caju Una		
18.	Flávia Lemos	Pró Reitoria UPPA	(61) 999269887	Flávia Lemos
19.	Frei Atilio dalla Costa Battistuz	Prelazia do Marajó		Frei Atilio della Costa
20.	George Lucas Ramos Albuquerque	Liderança Quilombola de Salaverra	91998332109	George Ramos
21.	Gerson Rodrigues Ribeiro	Comunidade Nossa Senhora das Graças		
22.	Gisele Costa Oliveira	Comunidade São Pedro	184814094	Gisele Oliveira
23.	Heloisa Sousa	Território Deus ajuda/Salaverra		
24.	Ir. Eufásia Amélia Lima	Com. Filhas da Divina Graça	992781244	Ir. Amélia Lima
25.	Ir. Maria das Graças	Colégio Stella Maris	981584959	Ir. Maria das Graças

26.	Irmã Gisele da Conceição Rodrigues	Comunidade Filhas da Divina Graça		
27.	Isac Ataíde de Sousa	Com. Conceição		
28.	João Daniel	Belém	91-99514211	<i>[Handwritten Signature]</i>
29.	João Pena	PASCOM/Salvaterra	86213580	<i>[Handwritten Signature]</i>
30.	João Somariva Daniel	Deputado Federal	9999914211	<i>[Handwritten Signature]</i>
31.	José Barrosos Lobato	Coop. Catadores	9249.5010	<i>[Handwritten Signature]</i>
32.	Katia Eymard Afonso	Comunidade Nossa Senhora da Conceição	9109.9508	<i>[Handwritten Signature]</i>
33.	Kelly Bruna Costa Afonso	Acadêmica de pedagogia/UFGPA		
34.	Laise Mariel	Belém	(91) 999924761	<i>[Handwritten Signature]</i>
35.	Lili	Comunidade Caju Uma		
36.	Lisângela Cassiano	ICMBIO	98259223	<i>[Handwritten Signature]</i>
37.	Livia Duarte Puty	Vereadora de Belém e Deputada Estadual eleita		<i>[Handwritten Signature]</i>
38.	Lucio José Oliveira Nascimento	Comunidade Caju Uma		



Rede Eclesial Par-Amazônica - REPAM-Brasil
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

39.	Luty Guedes	Observatório do Marajó	91 9134-2585	27
40.	Manoel Magalhães de Melo	Assessor Parlamentar	61 99972024	45
41.	Maria Aleione Dias Rodrigues	Cooperativa dos Catadores	(61) 99972096	REPAM-Brasil Mariana Aleiane Dias
42.	Mariene de Nazaré Moraes Assunção	Fisioterapeuta	93 3433562	Mariene Moraes
43.	Marlete Carla Santos Leal	Bairro Alto/Salvaterra		
44.	Marluce Milene de Jesus Silva	Inst. Ancora Marajó	988947294	
45.	Max Costa	Assessor Parlamentar	Max CE	11 903590006
46.	Nicolau Paiva	Pastor Luteroano		
47.	Nicolý Liege Maciel	Comunidade Nova Aliança	9198880-7667	Nicolý M. D. Jesus
48.	Oziane Barbosa da Oliveira	Aluna colégio Stella Maris	992726424	
49.	Padre Marcelo da Conceição	Paróquia Menino Deus	98626.1415	Marcelo da Conceição
50.	Padre Raimundo Rafael Souza	Paróquia Menino Deus		Raimundo Rafael Souza
51.	Paulo André Nassar	Assessor Parlamentar	992421130	Paulo André Nassar

ABPOPEM

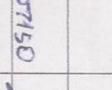
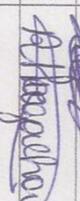
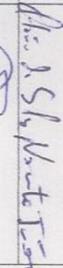
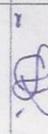
SGAN - 905 - Lote C - Sala 5 - Brasília, DF - Brasil - CEP 70790-050
(61) 3048-7906

repambrasil@gmail.com
www.repam.org.br

Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil
 Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

52.	Pedro Ribeiro	Conselho Pastoral dos Pescadores/CPP	986113748	
53.	Raimunda áurea Leal	Secretaria de Educação	918105382	
54.	Ramon Sacramento da Silva	Comissão Justiça e Paz	992068844	Ramon Silva
55.	Ronaldo Guedes	Ateliê arte	984701424	R. Guedes
56.	Rosa Helena Nogueira	Comunidade Santa Rita		
57.	Rosa Helena Sacramento de Sousa	Quilombo/Salvaterra	91911724608	Rosa Helena Sacramento
58.	Rosane Vasconcelos	Associação do Bairro do Umirizal (ACBU)	—	Rosane Vasconcelos
59.	Rosicleia da Silva Lima	Professora		
60.	Rosilene de Fátima Dias Correa	Cooperativa dos Catadores	91495010	Rosilene de Fátima Dias Correa
61.	Soraya Viana Almeida	Assessora Parlamentar		
62.	Tania de Oliveira Braga	Comunidade São Pedro	982471649	Tania de O. Braga
63.	Teófilo da Silva Neves	Com. Cêu		
64.	Thiago Almeida Dhat	Assessor Parlamentar	9812829997	

Rede Eclesial Pan-Amazonica - REPAM-Brasil
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

65.	Vivi Reis	Deputada Federal			
66.	Wallace Gonçalves	Secretaria de Educação	(21) 9125407150		
67.	Merilda M ^o . Paçoalinos	C.D. Sant'Ana	96314667		
68.	Monuella Silva Paçoalinos		91191487186		
69.	Wa Alceu Soares		993433562		
70.	Daniela M ^o . Dias	Com.	987425074		
71.	OTIVIO DA SILVA NASCIMENTO JUNIOR	Marylive/Arcelia Mafra	984482176		
72.	Orivaldo Pereira dos Passos	Arquidiocese de Curitiba/Brasil	93649567		
73.	Marcia Sebastião F. dos Santos	Apucarana - CUS	991450188		
74.	Yorilthano Oliveira	Paraná - S. Miguel			
75.	Amata Gias dos Santos	Sec. Educ. de Curitiba	985193994		
76.	Valdemir de Souza	CUS	981111196		
77.	Isabel de J. J. J. J.	Arquidiocese de Curitiba	93332144		

Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

78.	Movimento Guandaraema São João Vts	CEPA	(85) 996622-2244	Moisés C. Santos
79.	Paróquia Ceará	DEB Lina Duarte	(81) 989320663	[Signature]
80.	Enthuse E. B. Almeida	DFPA	(01) 981188861	[Signature]
81.	Ateneu da São-Vasconcelos	Educação	989392704	Estácio das Neves Junior
82.	Paróquia Antonice Prudente de Saes	Com. São Miguel	989392700	Adriana L. Santos
83.	Educação Antonice Bardenhe	ACBU Uniceul	93569599	Edmundo M. Bardenhe
84.	Mercio Raimos BKSJOS	JMS. MCELLOS	(11) 954725161	Stimicio Raimos BKS
85.	Paróquia Setor Paul	Com. São Miguel	---	Stimicio S. BKS
86.	Arandilha Ricardo Dantas	Centro Glorioso Piel	987984581	Arandilha R. Dantas
87.	Paróquia Vasconcelos	UFPA	965250406	Paróquia Vasconcelos
88.	BEATRIZ MARTA AMARAL FOLP	CENTRO FIANTESEIRO	991959930	[Signature]
89.	Paróquia São José de Anjos	Quilombo/Reserva	92903774	Clayton B. Sousa
90.	Paróquia Oura Gandraes	AMPAC	98058.9952	[Signature]



Rede Eclesial Pan-Amazônica - REPAM-Brasil
Organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

91.				
92.	Jenanda Vargeme	Monayê Reis Tur	982145213	
93.	Davina Pedreira de Nazareth Moura	for do Rio Lourenço	98209.5138	
94.				
95.				
96.				
97.				
98.				
99.				
100.				
101.				
102.				
103.				

SGAN - 905 - Lote C - Sala 5 - Brasília, DF - Brasil - CEP 70790-050
(61) 3048-7906

repambrasil@gmail.com
www.repam.org.br

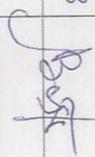
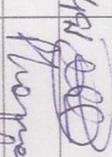
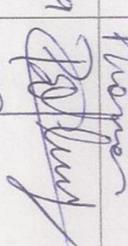
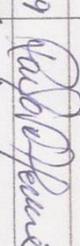
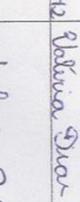
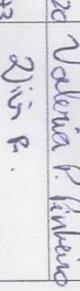
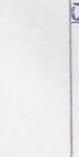
REUNIÃO DA CINDRA SOBRE O PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ

Belém/PA, 08 de dezembro de 2022.

	Nome	Entidades	Telefone	Assinatura
1.	Aline Breiaz	Instituto Dom Azcona		
2.	Anderson Márcio de Almeida Vanzeler	Instituição Centro Universitário UniCesumar		
3.	Andréa Cristiane Nunes	Rede Eclesial Pan-Amazônica e Comissão Especial para Amazônia (CNBB)	(48) 996597166	Andréa Nunes
4.	Assunção Novaes (Cacau)	Colônia de Curralinho	(91) 999357888	
5.	Carla Bethânia Ferreira da Silva	Guardiã na Comunidade Cajúna	980158106	
6.	Carlos Alberto Leão	Coordenador Irmãdade de São Sebastião	988216263	
7.	Dom Evaristo Pascoal Spengler	Bispo de Marajó		Dom Evaristo Pascoal Spengler
8.	Durbens Nascimento	REMA	981433301	Durbens Nascimento
9.	Edmilson Rodrigues	Prefeito de Belém	(91) 989932933	
10.	Flávia Lemos	Pró Reitoria UFPA	(61) 999269286	

11.	Frei Atilio dalla Costa Battistuz	Prelazia do Marajó	99189-2367	<i>Frei Atilio</i>
12.	George Lucas Ramos Albuquerque	Liderança Quilombola de Salvá - Salvaterra	998332108	<i>George</i>
13.	Girolamo Trecani	Pró Reitoria de Extensão da UFPA	911888616254	<i>Girolamo Trecani</i>
14.	Harrisson Henrique da Cunha Bezerra	Promotor de Justiça de Breves		
15.	Ima Célia Viera	Museu Emilio Goedi	91999896061	<i>Ima</i>
16.	Ione Nakamura	Promotora Agrária da 8a. Promotoria de Justiça Agrária/Castanhal	(91)991123989	<i>Ione Nakamura</i>
17.	Irmã Marie Henriqueta Cavalcanti	Comissão Justiça e Paz e Instituto Dom Azcona	(91)981671502	<i>IMM</i>
18.	João Somariva Daniel	Deputado Estadual	9999914211	<i>João</i>
19.	Johny Giffoni	Membro da Clínica de Dtos Humanos da UFPA e Defensor Público Estadual	983939684	<i>Johny</i>
20.	José Maria dos Santos Vieira Júnior	PRE da Comissão de Direitos Humanos OAB/PA	983444260	<i>José</i>
21.	Keila Marães Giffoni	Cáritas Regional Norte 2 (Pará e Amapá)	99916-8168	<i>Keila Marães Giffoni</i>
22.	Laercio Pereira			
23.	Leticia Moraes	Conselho Nacional de Extrativista	9199305-6834	<i>Leticia Moraes</i>
24.	Lígia Campos	Cáritas		
25.	Lívia Duarte Puty	Vereadora em Belém e Deputada Estadual eleita	99985-8050	<i>Lívia</i>

26.	Luti Guedes	Coordenador do Observatório do Marajó	919934-2489	<i>L.T.</i>
27.	Manoel Magalhães	Assessor Parlamentar	(91)992095	<i>Manoel</i>
28.	Marcela Lima			
29.	Maria Benedita Barbosa Baena	Vice-presidente da Associação das Mulheres Muanecas AMMA		
30.	Maria do Socorro Carvalho Farias	Presidente do Sind. Trabalhadores e (as) Rurais de Acará		
31.	Maria Ivanilde Silva da Silva	Caritas	(91)991233936	<i>Ivanilde</i>
32.	Maria Luiza de Carvalho Nunes	Centro de Estudos e Defesa do Negro do PA	(91)988822069	<i>Luiza</i>
33.	Maria Sebastiana Ferreira da Silva	Associação Flor do Marajó AFLOMAR	91-991450188	<i>Sebastiana</i>
34.	Maria Soraya Ferraz de Lana	IOEPA, Imprensa Oficial do Pará		
35.	Marilia Tavares dos Santos			
36.	Max Costa	Assessor Parlamentar	(91)983990808	<i>Max Costa</i>
37.	Milton Vieira Ramos	Assoc. de Pescadores e Pescadoras Art. de Limoeiro do Ajuru (APESPAM)		
38.	Mônica Freire	Promotora CAO Infância e Juventude	91 981 487160	<i>Mônica</i>
39.	Nelson José de Souza Júnior	Pró Reitoria de Extensão da UFRPA		

40.	Nelson Ramos Bastos	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares- INEAF/UFPA/ PPGAA	(91) 9493462923	
41.	Niercio Bastos de Juhim	Instituto Mareóticos das Comunidades Pesqueiras Pará		
42.	Norma Barbosa Miranda	Ouvedoria da DP	(91) 981875491	
43.	Paulo André Nascer Nascer	Assessor Parlamentar	99242-1130	
44.	Paulo Sergio de Oliveira Alvares	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Gestão Educatonal (GEPPGE) vinculado ao PPGED/UFPA.	(91) 9880623259	
45.	Raimundo Norrato Pereira	MEMBRADA - PT	(61) 992186599	
46.	Rodrigo Leite	Comissão de Justiça e Paz, Regional Norte 2	91 98525048	
47.	Soraya Viana Almeida	Assessora Parlamentar	(91) 983278222	
48.	Tainá Maraioara	Rede de Cultura Alimentar e Atuação em Cultura e Soberania Alimentar e Combate a Fome		
49.	Thiago Dahart	Assessor Parlamentar	(61) 981289997	
50.	Valéria Cristina Dias Silva	Instituto Ancora	(91) 989632442	
51.	Valéria Pereira Pinheiro	Assoc. de Pescadores (as) Artesanais de Limoeiro do Ajuru	91 999310992	
52.	Vivi Reis	Deputada Federal	(91) 981916333	

53	Fátima Figueira	Faculdade Católica	91-999416800	M. Figueira
54	Angela M. Costa Moraes Tomazini	FETACADI-PA	91-999429045	Angela Moraes
55	Teresa Adelaide de Araújo Alves	Tabela Jure de Bens	91-992775532	Teresa Alves
56	Dalton D. Fanchão da Rocha	Nov. Acorda Matrimônio	91-98131-4854	Dalton Rocha
57	Osório de Silva Nascimento Júnior	Nov. Acorda Matrimônio	91-984482276	Osório Silva
58	Isaura M. S. de Vasconcelos	Junta de Matr. Dom. de Proprietários	99328-8575	Isaura Vasconcelos
59	Paulo Sérgio de Souza Jacinto	DEPARTAMENTO	91384336073	Paulo Jacinto
60	Lygia Brizinha Almeida Gomes			Lygia Gomes
61	Jaime de S. Fonseca	SE. Gov. MATRIS	984622326	Jaime Fonseca
62	Tiffany Higgins			Tiffany Higgins
63	Rita Giselle da S. Dias	FORUM DE APOIAMENTO	98061-3910	Rita Dias
64	Leuz Cortes de S. Barbosa	Obs. de Matrimônio	982014149	Leuz Barbosa
65	Raimundo Afonso S. de Moraes Malungu		984083412	Raimundo Moraes
66	Emmanuel Gomes de U. da M.	mandato Lúcia Duarte	988659030	Emmanuel Duarte
67	Waldire de Souza Nascimento	STURPA	919886-0121	Waldire Nascimento
68	Silviana Pereira	Nov. Acorda Matrimônio	9198754730	Silviana Pereira
69	Angela Wathin	Mandato Lúcia Duarte	992720080	Angela Wathin
70	Luiz Carlos de Souza	Interdicação de G. S. S. S. S.	91904885300	Luiz Carlos de Souza
71	Regina Helena Pereira de S. Silva	Interdicação de G. S. S. S. S.	91904885300	Regina Helena Pereira de S. Silva

72 - Graciela Mariana de Souza - 200 P.A.M. 091 992473838

73 - Manoella Espindole

GERET 091 992031408

74 - André Jefferson

Ass Comuna 1000 AMAM
Comunidade Capuana 91 980558506

75 - Carla Patrícia F. Silva

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp and several overlapping signatures.

